

Desde março de 2020, temos vivenciado mundialmente os efeitos nefastos da pandemia de Covid-19 sobre a vida da população. O risco de contágio e as medidas de prevenção, como o isolamento social e o distanciamento físico, vêm impactando diretamente nas mobilidades dos sujeitos, especialmente das gerações mais jovens. Repentinamente, muitas crianças e jovens se depararam com o fechamento de escolas, universidades, espaços culturais e de lazer, aulas foram mudadas para modelos de ensino online em casa e a necessidade de distanciamento físico, isolamento social e restrição das mobilidades físicas se fez premente.

É inegável o quanto a realidade pandêmica vem escancarando e aprofundando as desigualdades e as condições de precariedade social no contexto latino-americano. Os efeitos da pandemia e as restrições às mobilidades decorrentes desta nova realidade vêm sendo experimentados de forma desigual pelas crianças e jovens de diferentes contextos e territórios. Muitos jovens já afetados por desigualdades estruturais e pela pobreza, ou então inseridos em territórios de conflito, se veem diante de um paradoxo: por um lado, são demandados a diminuir a mobilidade para prevenir a disseminação e o contágio pelo vírus e, por outro lado, necessitam da mobilidade para garantir o sustento básico e a sobrevivência, ou ainda para fugir da pobreza e de situações de conflito (DEJAEGERE; BAUTISTA, 2020).

Neste sentido, fica evidente que a liberdade e a possibilidade de estar imóvel – permanecer e trabalhar de casa e, conseqüentemente, proteger-se – é um privilégio para alguns. Essa realidade nos aponta para a existência de um “capital de mobilidade”, no sentido da distribuição desigual das condições, em relação aos recursos físicos, sociais e políticos circundantes para o movimento, considerando também as estruturas legais que regulam quem, ou o quê pode e não pode se mover. Portanto, a mobilidade e a imobilidade relacionam-se com geografias e políticas de poder (SKELTON, 2013). O olhar sobre como esta questão do poder se relaciona com as mobilidades e com a apropriação dos espaços se faz importante para pensarmos as condições de vida de crianças e jovens na América Latina.

Apresentamos nesta edição a Seção Temática MOBILIDADES E TERRITORIALIDADES DE CRIANÇAS E JOVENS NA AMÉRICA LATINA, coordenada pelas professoras Sabrina Dal Ongaro Savegnago e Lucia Rabello de Castro, que foi objeto de um Edital público lançado por este periódico em 2020. Ele teve como objetivo convocar autores/as de modo a reunir, a partir de um enfoque multidisciplinar, relatos empíricos e discussões teóricas que contribuam para o aprofundamento da análise e compreensão das mobilidades e territorialidades de crianças e jovens latino-americanos, tendo em vista as condições estruturais e relações de poder envolvidas, imaginários, motivações, aspirações, dentre outros aspectos.

A Seção Temática está composta por oito artigos, de campos disciplinares diversos. Os textos confluem no sentido de trazer à vista questões relacionadas ao direito de crianças e jovens à cidade, aos desafios, tensões, contradições e oportunidades com os quais estes sujeitos se deparam em suas mobilidades e nos territórios que habitam.

Se, por um lado, as mobilidades pelo espaço urbano podem oportunizar para crianças e jovens experiências favoráveis, como a possibilidades de entretenimento, convivência com os pares e busca de oportunidades, por outro lado, destaca-se a vivência de diversos constrangimentos ao seu deslocamento, relacionados às imprevisibilidades negativas, que por vezes podem ameaçar a própria sobrevivência.

Podemos afirmar que as jovens se movem pela cidade sendo mais constrangidas em suas mobilidades, quando comparadas aos rapazes. O medo em relação à violência de gênero é um dos fatores que mais influencia na restrição da mobilidade urbana das mulheres, limitando suas opções de deslocamento, o uso de determinados serviços e a ocupação de determinados espaços. Neste sentido, o artigo *Desafios à circulação de jovens mulheres na cidade do Recife*, de Jaileila Araújo Menezes, Débora Carla Pereira Calado e Juliana Catarine Barbosa Silva, aborda a temática juventudes e direito à cidade, tendo em vista como jovens mulheres negras e periféricas do Recife se relacionam com os desafios impostos pela cidade. O debate parte de uma perspectiva interseccional, considerando as marcações de pertencimento territorial, raça, classe, gênero e geração, as quais influenciam de modo contundente a forma como esse acesso à cidade é realizado.

A intensificação da violência armada nos territórios periféricos, que tem produzido efeitos nas mobilidades urbanas, sobretudo na restrição do acesso a diversos espaços e serviços, foi discutida no artigo *Fórum de Escolas do Grande Bom Jardim: práticas de enfrentamento à violência armada em territorialidades escolares de periferias de Fortaleza*, de Laisa Forte Cavalcante, Larissa Ferreira Nunes, Ingrid Rabelo Freitas, Tadeu Lucas de Lavor Filho, João Paulo Pereira Barros e Luciana Lobo Miranda. O Fórum de Escolas, apresentado no artigo, se propõe a debater estratégias conjuntas de enfrentamento das implicações da violência armada nas escolas, além de traçar algumas ações a serem realizadas em territorialidades periféricas para fomentar espaços coletivos de discussão e de fortalecimento dos vínculos escolares.

A temática do direito à cidade e da ocupação dos espaços públicos pelas crianças e jovens se fez presente em um número importante de artigos submetidos. O artigo *Da cidade fragmentada à cidade como espaço de brincar: a invenção de uma metodologia lúdica de pesquisa*, de Alice Vignoli Reis e Mônica Botelho Alvim, traz os resultados de um estudo que propõe o exercício de experimentações clínico-artísticas do espaço urbano, a partir da perspectiva de pesquisar junto com as crianças e os adolescentes. No artigo *Belo Horizonte, uma cidade educadora(?): uma análise das ações e políticas públicas voltadas para a infância*, Luciano Silveira Coelho, Túlio Campos, Sheylazarth Presciliiana Ribeiro e Éder Fernando Souza Cruz refletem sobre a presença do Município de Belo Horizonte na Associação Internacional das Cidades Educadoras e questionam se as ações que visam promover a cidadania infantil realizadas pelo município têm garantido a efetiva apropriação do espaço público pelas crianças. Já o artigo *Mobilidade e autonomia na vivência de crianças urbanas: uma etnografia do parque público infantil*, de Milene Moraes Ferreira e Patrícia Maria Uchôa Simões, aborda as formas de apropriação dos espaços de um parque público infantil por crianças pequenas, tendo em vista as mobilidades, a utilização dos espaços e equipamentos pelas crianças, as relações inter e intrageracionais que ali se estabelecem e a questão da autonomia.

O tema da autonomia de movimento como um direito também se fez presente no artigo *Infancias y autonomías: condicionantes de la movilidad independiente en el Área Metropolitana de Buenos Aires*, de Carla Arévalo e Pablo De Grande, que buscou analisar, a partir de um levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estadísticas y Censo (INDEC) e pelo Ministério do Transporte da Argentina, as condições da autonomia na mobilidade cotidiana de crianças e adolescentes na Área Metropolitana de Buenos Aires.

Quando consideramos o tema das mobilidades de crianças e jovens, é necessário também termos em vista a realidade das migrações, que impactam diretamente a vida destes sujeitos. No artigo *Atravessar fronteiras e transpor barreiras: desafios e deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima – Brasil*, a pesquisadora Janaine Voltolini de Oliveira discute as circunstâncias dos deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos para o Brasil, especificamente para o estado de Roraima, e os desafios da garantia da proteção integral do público infantojuvenil migrante neste estado.

Por fim, o artigo *Movilidades infantiles en pandemia: develando espacialidades invisibles de la niñez en Latinoamérica*, de Susana Cortés-Morales, Gabriela Guarnieri de Campos Tebet e Jenny Patricia Acevedo-Rincón, reflete sobre como as diversas medidas tomadas diante da pandemia de Covid-19 têm reconfigurado as mobilidades e espacialidades de crianças, particularmente no Brasil, Chile e Colômbia. As autoras trazem à tona a questão das mobilidades que ocorrem dentro dos limites físicos do espaço doméstico, que são usualmente ignoradas pelos estudos das mobilidades infantis, mas que no contexto pandêmico atual tornam-se mais evidentes. A mobilidade de bebês – grupo etário geralmente pouco visibilizado nos estudos sociais e geográficos da infância – e suas micro-geografias também são objetos de análise deste estudo.

Nesta 30ª edição, trazemos ainda dois artigos na Seção Livre do Temas em Destaque. O artigo “*Sinto que renasci*”: a inserção de adolescentes em um Programa de Proteção, de Bianca Orrico Serrão, Juliana Prates Santana e Maria Jorge Santos Almeida Rama Ferro, traz à tona a questão do aumento da violência letal contra jovens no Brasil, que coloca em risco as vidas de uma parcela significativa de adolescentes, principalmente negros/as, moradores de territórios periféricos e da região Nordeste do país. O estudo analisa os sentidos subjetivos atribuídos ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) por adolescentes em proteção no estado da Bahia. Já o artigo *UNICEF, (des)colonidades e infâncias: vidas negras importam*, de Dolores Cristina Gomes Galindo, Anderson Reis de Oliveira e Mateus Moraes de Oliveira, problematiza as práticas de descolonizações racistas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) face às crianças e adolescentes no Brasil.

Dialogando com a Seção Temática desta edição, a seção Espaço Aberto traz a entrevista *La niñez y los actuales procesos migratorios en la región latinoamericana*, realizada com Pablo Ceriani Cernadas e conduzida por Indira Granda e Julián Loaiza de la Pava. A entrevista traz uma discussão, a partir do campo dos direitos, sobre as características, as condições e a complexidade das causas da migração de crianças e adolescentes na América Latina. Aborda a presença, nos últimos anos, de crises migratórias e de novos processos de mobilidade na região latino-americana, onde se evidencia um número cada vez mais elevado de crianças e adolescentes em deslocamentos forçados. Refere ainda algumas perspectivas sobre os efeitos da pandemia nos fenômenos migratórios nesta região.

Na seção de Informações Bibliográficas, Rachel Gouveia Passos nos apresenta o livro *Racismo na Infância*, escrito por Márcia Campos Eurico, que tematiza como as marcas do racismo se fazem visíveis na realidade de crianças e adolescentes negros/as vinculados/as a serviços de acolhimento institucional. O livro destaca os elementos que constituem o racismo institucional no Brasil e como este pode ser identificado em diversos âmbitos da sociedade.

Ainda na seção de Informações Bibliográficas, temos o levantamento de 33 publicações na área de infância e juventude, lançadas neste último trimestre, no âmbito das ciências humanas e sociais, nos países da América Latina.

Desejamos uma ótima leitura, saúde e vacina a todos e todas!

**Sabrina Dal Ongaro Savegnago**

**EDITORA ASSOCIADA**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEJAEGHERE, J.; BAUTISTA, C. S. Mobility, youth livelihoods and wellbeing in the time of a pandemic. *Youth Circulations*, 24 jun. 2020. Disponível em: <<http://www.youthcirculations.com/blog/2020/5/29/mobility-youth-livelihoods-and-wellbeing-in-the-time-of-a-pandemic>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SKELTON, T. Young people’s urban im/mobilities: relationality and identity formation. *Urban Studies*, v. 50, n. 3, p. 467-483, fev. 2013.

# editorial

Desde marzo de 2020, hemos vivenciado mundialmente los efectos nefastos de la pandemia del Covid-19 en la vida de la población. El riesgo de contagio y las medidas de prevención, como el aislamiento social y el distanciamiento físico, vienen impactando directamente en las movilidades de los sujetos, especialmente de las generaciones más jóvenes. Repentinamente, muchos niños, niñas y jóvenes se deparan con el cierre de escuelas, universidades, espacios culturales y de ocio, las clases cambiaron hacia modos de educación online en casa y la necesidad del distanciamiento físico, aislamiento social y restricción de las movilidades físicas se hizo apremiante.

Es innegable a qué punto la realidad pandémica viene desnudando y profundizando las desigualdades y las condiciones de precariedad social en el contexto latinoamericano. Los efectos de la pandemia y las restricciones a las movilidades derivadas de esta nueva realidad vienen siendo experimentadas de forma desigual por los niños, niñas y jóvenes de diferentes contextos y territorios. Muchos jóvenes ya afectados por desigualdades estructurales y por la pobreza, o instalados en territorios en conflicto, se ven delante de una paradoja: por un lado, son demandados a disminuir la movilidad para prevenir la diseminación y el contagio del virus y, por el otro lado, necesitan de la movilidad para garantizarse el sustento básico y la supervivencia, o para huir de la pobreza y de situaciones de conflicto (DEJAEHERE; BAUTISTA, 2020).

En este sentido, se hace evidente que la libertad y la posibilidad de estar inmóvil – permanecer y trabajar desde la casa y, consecuentemente, protegerse – es un privilegio para algunos. Esta realidad nos señala la existencia de un “capital de movilidad”, en el sentido de la distribución desigual de las condiciones, en relación a los recursos físicos, sociales y políticos circundantes para el movimiento, considerando también las estructuras legales que regulan quién, o qué puede o no puede moverse. Por lo tanto, la movilidad y la inmovilidad se relacionan con geografías y políticas de poder (SKELTON, 2013). La mirada sobre cómo esta cuestión del poder se relaciona con las movilidades y la apropiación de los espacios se hace importante para que pensemos en las condiciones de vida de los niños, niñas y jóvenes en América Latina.

Presentamos en esta edición la Sección Temática MOVILIDADES Y TERRITORIALIDADES DE NIÑOS, NIÑAS Y JÓVENES EN AMÉRICA LATINA, coordinada por las profesoras Sabrina Dal Ongaro Savegnago y Lucia Rabello de Castro, que fue objeto de una Convocatoria pública lanzada por este periódico en 2020. Tuvo como objetivo convocar autores/as para reunir, a partir de un enfoque multidisciplinario, relatos empíricos y discusiones teóricas que contribuyan con la profundización del análisis y comprensión de las movilidades y territorialidades de niños y jóvenes latinoamericanos, teniendo en cuenta las condiciones estructurales y relaciones de poder involucradas, imaginarios, motivaciones, aspiraciones, entre otros aspectos.

La Sección Temática está compuesta por ocho artículos, de campos disciplinarios diversos. Los textos confluyen en el sentido de traer a discusión cuestiones relacionadas al derecho de niños, niñas y jóvenes a la ciudad, a los desafíos, tensiones, contradicciones y oportunidades con los que estos sujetos se deparan en sus movilidades en los territorios que habitan.

Si, por un lado, las movilidades por el espacio urbano pueden ser una oportunidad para que los niños, niñas y jóvenes vivan experiencias favorables, como las posibilidades de entretenimiento, convivencia con pares y búsqueda de oportunidades, por el otro lado, se destaca la vivencia de diversas situaciones embarazosas con su desplazamiento, relacionados a las imprevisibilidades negativas, que algunas veces pueden amenazar la propia supervivencia.

Podemos afirmar que las jóvenes se mueven por la ciudad siendo más obstaculizadas en sus movilidades, cuando se las compara con los muchachos. El miedo en relación a la violencia de género es uno de los factores que más influye en la restricción de la movilidad urbana de

las mujeres, limitando sus opciones de desplazamiento, el uso de determinados servicios y la ocupación de determinados espacios. En este sentido, el artículo *Desafios à circulação de jovens mulheres na cidade do Recife*, de Jaileila Araújo Menezes, Débora Carla Pereira Calado y Juliana Catarine Barbosa Silva, aborda la temática juventudes y derecho a la ciudad, teniendo en consideración cómo las jóvenes mujeres negras y periféricas de Recife se relacionan con los desafíos impuestos por la ciudad. El debate parte de una perspectiva interseccional, considerando las marcas de pertenencia territorial, raza, clase, género y generación, las cuales influyen de modo contundente la forma en que el acceso a la ciudad es realizado.

La intensificación de la violencia armada en los territorios periféricos, que ha producido efectos en las movilidades urbanas, sobre todo en la restricción del acceso a diversos espacios y servicios, fue discutida en el artículo *Fórum de Escolas do Grande Bom Jardim: práticas de enfrentamento à violência armada em territorialidades escolares de periferias de Fortaleza*, de Laisa Forte Cavalcante, Larissa Ferreira Nunes, Ingrid Rabelo Freitas, Tadeu Lucas de Lavor Filho, João Paulo Pereira Barros y Luciana Lobo Miranda. El *Fórum de Escolas*, presentado en el artículo, se propone debatir estrategias conjuntas de enfrentamiento de las implicaciones de la violencia armada en las escuelas, además de trazar algunas acciones a realizarse en territorialidades periféricas para fomentar espacios colectivos de discusión y fortalecimiento de los vínculos escolares.

La temática del derecho a la ciudad y de la ocupación de los espacios públicos por los niños, niñas y jóvenes se hace presente en un número importante de artículos enviados. El artículo *Da cidade fragmentada à cidade como espaço de brincar: a invenção de uma metodologia lúdica de pesquisa*, de Alice Vignoli Reis y Mônica Botelho Alvim, trae los resultados de un estudio que propone el ejercicio de experimentaciones clínico-artísticas del espacio urbano, a partir de la perspectiva de investigar junto con los niños, niñas y adolescentes. En el artículo *Belo Horizonte, uma cidade educadora(?): uma análise das ações e políticas públicas voltadas para a infância*, Luciano Silveira Coelho, Túlio Campos, Sheylazarth Presciliana Ribeiro y Éder Fernando Souza Cruz reflexionan sobre la presencia del Municipio de Belo Horizonte en la *Associação Internacional das Cidades Educadoras* y cuestionan si las acciones que buscan promover la ciudadanía infantil realizadas por el municipio han garantizado la efectiva apropiación del espacio público por parte de los niños. En el artículo *Mobilidade e autonomia na vivência de crianças urbanas: uma etnografia do parque público infantil*, de Milene Morais Ferreira y Patrícia Maria Uchôa Simões, se abordan formas de apropiación de los espacios de un parque público infantil por parte de los niños y niñas pequeños/as, la utilización de los espacios y equipamientos, las relaciones inter e intrageneracionales que allí se establecen y la cuestión de la autonomía.

El tema de la autonomía del movimiento como un derecho también se hizo presente en el artículo *Infancias y autonomías: condicionantes de la movilidad independiente en el Área Metropolitana de Buenos Aires*, de Carla Arévalo y Pablo De Grande, que buscó analizar, a partir de un relevamiento realizado por el Instituto Nacional de Estadísticas y Censo (INDEC) y por el Ministerio de Transporte de Argentina, las condiciones de autonomía en la movilidad cotidiana de niños, niñas y adolescentes en el Área Metropolitana de Buenos Aires.

Cuando consideramos el tema de las movilidades de niños, niñas y jóvenes, es necesario que también tengamos en vista la realidad de las migraciones, que impactan directamente la vida de estos sujetos. En el artículo *Atravessar fronteiras e transpor barreiras: desafios e deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima – Brasil*, la investigadora Janaine Voltolini de Oliveira discute las circunstancias de los desplazamientos de niños, niñas y adolescentes venezolanos hacia Brasil, específicamente hacia el estado de Roraima, y los desafíos de la garantía de la protección integral del público infantojuvenil migrante en ese estado.

Finalmente, el artículo *Movilidades infantiles en pandemia: develando espacialidades invisibles de la niñez en Latinoamérica*, de Susana Cortés-Morales, Gabriela Guarnieri de Campos Tebet



y Jenny Patricia Acevedo-Rincón, reflexiona sobre cómo las diversas medidas tomadas durante la pandemia del Covid-19 han reconfigurado las movilidades y espacialidades de niños y niñas, particularmente en Brasil, Chile y Colombia. Las autoras sacan a la luz la cuestión de las movilidades que ocurren dentro de los límites físicos del espacio doméstico, que son usualmente ignoradas por los estudios de las movilidades infantiles, pero que en el contexto pandémico actual se vuelven más evidentes. La movilidad de bebés – grupo etario generalmente poco visibilizado en los estudios sociales y geográficos de la infancia – y sus micro-geografías, también son objeto de análisis de este estudio.

En esta 30ª edición, traemos, además, dos artículos en la Sección Libre de los Temas Sobresalientes. El artículo “*Sinto que renasci*”: *a inserção de adolescentes em um Programa de Proteção*, de Bianca Orrico Serrão, Juliana Prates Santana y Maria Jorge Santos Almeida Rama Ferro, echa luz sobre la cuestión del aumento de la violencia letal contra jóvenes en Brasil, que coloca en riesgo las vidas de una cuota importante de adolescentes, principalmente negros/as, habitantes de territorios periféricos de la región Noreste del país. El estudio analiza los sentidos subjetivos atribuidos al *Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)* por adolescentes en protección en el estado de Bahia. Por otro lado, el artículo *UNICEF, (des)colonidades e infâncias: vidas negras importam*, de Dolores Cristina Gomes Galindo, Anderson Reis de Oliveira y Mateus Moraes de Oliveira, problematiza las prácticas de descolonizaciones racistas del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) frente a los niños, niñas y adolescentes en Brasil.

Dialogando con la Sección Temática de esta edición, la sección Espacio Abierto trae la entrevista *La niñez y los actuales procesos migratorios en la región latinoamericana*, realizada con Pablo Ceriani Cernadas y conducida por Indira Granda y Julián Loaiza de la Pava. La entrevista trae una discusión, a partir del campo de los derechos, sobre las características, las condiciones y la complejidad de las causas de migración de niños, niñas y adolescentes en América Latina. Aborda la presencia, en los últimos años, de crisis migratorias y de nuevos procesos de movilidad en la región latinoamericana, donde se evidencia un número cada vez más elevado de niños, niñas y adolescentes en desplazamientos forzosos. Refiere, además, algunas perspectivas sobre los efectos de la pandemia en los fenómenos migratorios de esa región.

En la sección de Informaciones Bibliográficas, Rachel Gouveia Passos nos presenta el libro *Racismo na Infância*, escrito por Márcia Campos Eurico, que tematiza cómo las marcas del racismo se hacen visibles en la realidad de niños, niñas y adolescentes negros/as vinculados/as a servicios de protección institucional. El libro destaca los elementos que constituyen el racismo institucional en Brasil y cómo puede ser identificado en diversos ámbitos de la sociedad.

Continuando en la sección de Informaciones Bibliográficas, tenemos el relevamiento de 33 publicaciones en el área de infancia y juventud, lanzadas en este último trimestre, en el ámbito de las ciencias humanas y sociales, en los países de América Latina.

¡Deseamos una excelente lectura, salud y vacuna para todos y todas!

**Sabrina Dal Ongaro Savegnago**

**EDITORA ASOCIADA**

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEJAEGHERE, J.; BAUTISTA, C. S. Mobility, youth livelihoods and wellbeing in the time of a pandemic. *Youth Circulations*, 24 jun. 2020. Disponible em: <<http://www.youthcirculations.com/blog/2020/5/29/mobility-youth-livelihoods-and-wellbeing-in-the-time-of-a-pandemic>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SKELTON, T. Young people's urban im/mobilities: relationality and identity formation. *Urban Studies*, v. 50, n. 3, p. 467-483, fev. 2013.